



Comunicado nº6/2021 – UVE

Forte e injustificado ataque aos utilizadores da Rede Pública de Carregamento de Veículos Elétricos

A Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos (UVE) emitiu, no passado dia 22 de abril de 2021, um comunicado sobre as tarifas da Entidade Gestora da Mobilidade Elétrica (EGME), atualmente a MOBI.E, aprovadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), **onde já nessa altura nos opúnhamos à introdução de tarifas completamente desajustadas**, e que vinham contra a corrente do atual momento de desenvolvimento da Mobilidade Elétrica em Portugal, na Europa e no Mundo. **Já então defendemos:**

1. *O valor das taxas a aplicar deve ser diferente e mais baixo para os carregamentos normais e de curta duração em relação ao valor das taxas a aplicar aos carregamentos rápidos;*
2. *A aplicação da taxa deverá ser efetuada por energia (kWh) consumida e não por um valor fixo, numa base de que quem carrega mais, deverá pagar proporcionalmente, para não serem prejudicados os utilizadores com menor capacidade de carregamento na sua viatura elétrica;*
3. *A comparticipação destas taxas deverá prolongar-se, no mínimo, por mais dois anos para compensar o impacto negativo da pandemia, para incentivar e fomentar a transição energética nos transportes ligeiros, de passageiros e de mercadorias e a eletrificação das frotas das empresas;*
4. *O impacto destas taxas nos proveitos da EGME deverá ser suportado por fundos públicos afetos à descarbonização da economia e à eletrificação dos transportes, por um período de dois anos, até 1 de maio de 2023;*
5. *A taxa a aplicar ao DPC parece-nos estar de acordo ao benefício que este tipo de equipamento permite para as soluções a instalar em parques comuns com um único ponto de entrega de eletricidade, como são os condomínios.*

Este **aumento das tarifas da EGME de 79% divulgado pela ERSE** para vigorarem em 2022, a pouco mais de seis meses de terem entrado em vigor, é anunciado contra todas as expectativas criadas pelas diversas reuniões que a UVE manteve nas últimas semanas com as entidades envolvidas no desenvolvimento da Mobilidade Elétrica em Portugal.

À data, atravessamos um período de forte crescimento da Rede Pública de Carregamento, acrescido de um enorme aumento das vendas de veículos elétricos em Portugal, com o consequente impacto positivo na receita da MOBI.E, fruto de um expectável forte aumento do número de carregamentos (estimativas apontam para uma média de 300.000 carregamentos/mês em 2022).





Todas as instituições contactadas pela UVE mostraram-se totalmente em desacordo com o aumento anunciado pela ERSE, desde o próprio **Parecer desfavorável do Conselho Tarifário da ERSE (ponto 6, pág. 17)**, que alerta para um desincentivo e estagnação do desenvolvimento da Mobilidade Elétrica em Portugal com esta ação, assim como da própria **MOBI.E** - entidade que seria a beneficiária do referido aumento -, da **Associação Portuguesa de Operadores e Comercializadores de Mobilidade Elétrica (APOCME)**, da generalidade dos **Operadores de Postos de Carregamento (OPC)** e **Comercializadores de Eletricidade para a Mobilidade Elétrica (CEME)**, da esmagadora maioria dos **utilizadores de veículos elétricos**, e do **mais elementar bom senso**.

O atual momento de expansão da Mobilidade Elétrica exige que possamos alcançar as metas na eletrificação dos transportes terrestres e na descarbonização da economia a que, como país, Portugal se comprometeu, por isso, a **Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos (UVE)**:

- **Repudia o aumento das tarifas da EGME, considerando-as um ataque frontal aos utilizadores de veículos elétricos e ao modelo adotado por Portugal;**
- **Exige uma revisão imediata deste aumento, no limite com a manutenção das tarifas atualmente em vigor, lembrando que mesmo estas continuamos a considerar desajustadas, quer na forma, quer no tempo.**

Lisboa, 20 de dezembro de 2021

